

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.997 - BA (2019/0167380-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : EDERSON DE CASTRO PEREIRA (PRESO)
ADVOGADOS : JOSÉ BONIFÁCIO DE OLIVEIRA LIMA - BA018316
SILAS OLIVEIRA CASTRO - BA043205
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por EDERSON DE CASTRO PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no julgamento do HC n. 8004833-46.2019.8.05.0000.

Extraí-se dos autos que, em 11/3/2019, foi decretada a prisão preventiva do recorrente pelo suposto descumprimento de medidas protetivas de urgência impostas no âmbito da Lei n. 11.340/06 (violência doméstica e familiar contra a mulher). Requerida a revogação do decreto prisional, o pleito restou indeferido.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

PENAL. PROCESSUAL PENAL HABEAS CORPUS. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. *Paciente que teve sua segregação cautelar deferida em decorrência de aviso de descumprimento de medidas protetivas de urgência, encaminhado ao Juízo pela autoridade policial, instruído com indícios de novas ameaças praticadas contra sua ex-companheira por aplicativo de troca de mensagens (WhatsApp).*

2. *A prisão preventiva do Paciente encontra-se devidamente fundamentada, uma vez que a jurisprudência consolidada por nossas cortes judiciais superiores é no sentido da idoneidade do decreto prisional fundado no descumprimento de medidas protetivas de urgência, nos termos preconizados pelo art. 313, inciso III, do CPP. Precedentes do STJ.*

3. *Ordem conhecida e denegada (fl. 94).*

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código

de Processo Penal.

Sustenta o descabimento da prisão preventiva no caso concreto, porquanto ao recorrente são imputados apenas crimes tipificados nos arts. 147 e 330 do Código Penal (ameaça e desobediência), cujas penas não ultrapassam o piso mínimo de 4 anos previsto no art. 313, inciso I, do CPP.

Aduz que o direito de representação por parte da vítima decaiu, uma vez que os fatos teriam ocorrido em 6/8/2018, tendo-se passado mais de 6 meses do suposto delito. Assevera que a nova indicação de agressão por parte do recorrente, supostamente ocorrida em 7/2/2019, se deu 7 meses após a primeira notícia, o que, segundo alega, demonstra inexistir "*real, concreta e séria*" ameaça (fl. 118). Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

